



RapporT AnnueL

2015 - 2016

Agradecimentos

A Secretária Executiva do Secretariado da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, manifesta o seu apreço à Cimeira, ao Comité Ministerial do Órgão, ao Conselho, aos Comités e Clusters Ministeriais Sectoriais, incluindo o Grupo de Trabalho Ministerial sobre a Integração Económica Regional, e ao Comité Permanente dos Altos Funcionários, pela sua liderança e supervisão na implementação dos programas e projectos da SADC. A Secretária Executiva deseja igualmente manifestar os seus agradecimentos aos Estados-Membros, Parceiros de Cooperação Internacionais e outros actores intervenientes, pelo seu apoio contínuo na implementação da Agenda de Integração Regional da SADC. A Secretária Executiva agradece igualmente ao todos os funcionários do Secretariado pela sua dedicação ao serviço da SADC.

Lista de Acrónimos

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
ARV	Anti-retrovirais
UA	União Africana
AU-IBAR	<i>African Union Inter-African Bureau for Animal Resources</i> (Gabinete Inter-africano de Recursos Zoológicos da União Africana)
CBT	<i>Community Based Tourism</i> (Turismo Comunitário)
CFTA	<i>Continental Free Trade Area</i> (Zona de Comércio Livre Continental - ZCLC)
COMESA Austral)	<i>Common Market for Eastern and Southern Africa</i> (Mercado Comum da África Oriental e Austral)
COP	Conferência das Partes
CRASA	<i>Communications Regulatory Association of Southern Africa</i> (Associação dos Reguladores das Comunicações da África Austral)
CRIDF	<i>Climate Resilient Infrastructure Development Facility</i> (Fundo de Desenvolvimento de Infraestruturas Resistentes ao Clima)
CSTL	<i>Care and Support for Teaching and Learning</i> (Assistência e Apoio ao Ensino e Aprendizagem)
DBSA	<i>Development Bank of Southern Africa</i> (Banco de Desenvolvimento da África Austral)
DFID	<i>UK Department for International Development</i> [Departamento para o Desenvolvimento Internacional (Reino Unido)]
RDC	República Democrática do Congo
DSM	<i>Demand Side Management</i> (Gestão da Procura)
DTT	<i>Digital Terrestrial Television</i> (Televisão Digital Terrestre - TDT)
EAC	<i>East African Community</i> (Comunidade da África Oriental)
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
APE	Acordo de Parceria Económica
UE	União Europeia
FANR	<i>Food, Agriculture and Natural Resources</i> (Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais)
FARA	<i>Forum for Agriculture Research in Africa</i> (Fórum de Investigação Agrária em África)
FAO	Organização das Nações para a Alimentação e Agricultura
FOCAC	Forum on China–Africa Cooperation (Fórum de Cooperação entre a China e África)
ZCL	Zona de Comércio Livre
FTX	<i>Field Training Exercise</i> (Exercício de Treino no Campo)
GCI	<i>Global Competitiveness Index</i> (Índice de Competitividade Global)
PIB	Produto Interno Bruto

GIZ	<i>Germany Technical Cooperation</i> (Cooperação Técnica Alemã para o Desenvolvimento)
HPC	<i>High Performance Computing</i> (Computação de Alto Desempenho)
HSRS	<i>SADC Harmonised Seed Regulatory System</i> (Sistema Harmonizado de Regulação de Sementes da SADC)
ATV	Aconselhamento e Testagem do VIH;
ICDP	<i>Institutional Capacity Building Programme</i> (Programa de Capacitação Institucional)
ICP	Parceiro de Cooperação Internacional
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
IDA	<i>World Bank International Development Association</i> (Associação Internacional para o Desenvolvimento do Banco Mundial)
IGAD	<i>Inter-Governmental Authority on Development</i> (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento)
FMI	Fundo Monetário Internacional
COI	Comissão do Oceano Índico
I&S	Infra-estruturas e Serviços
ISACIP	<i>Institutional Support to African Climate Institutions</i> (Apoio Institucional às Instituições dos Serviços Climáticos Africanas)
JICA	<i>Japanese International Cooperation Agency</i> (Agência Japonesa de Cooperação Internacional)
JLMP	<i>Joint Labour Migration Programme</i> (Programa Conjunto sobre a Migração da Força de Trabalho)
KfW	Banco de Fomento da Alemanha
LED	<i>Light Emitting Diodes</i> (Díodos Emissores de Luz)
MDGs	<i>Millennium Development Goal</i> (Objectivo de Desenvolvimento do Milénio)
MESA	<i>Monitoring of Environment for Security in Africa</i> (Monitorização do Meio Ambiente para a Segurança em África)
MOU	<i>Memorandum of Understanding</i> (Memorando de Entendimento - MdE)
MRG	<i>Mediation Reference Group</i> (Grupo de Referência da Mediação)
EM	Estado Membro
MW	Mega Watt
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NIXP	<i>National Internet Exchange Point</i> (Nó Nacional de Comutação de Internet)
OIE	<i>Organisation for Animal Health</i> (Organização Internacional de Epizootias)
OSBP	<i>One Stop Border Post</i> (Posto Fronteiriço de Paragem Única - POFPU)
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PAU	<i>Southern African Power Pool - Project Acceleration Unit</i> (Unidade de Aceleração de Projectos da Rede de Electricidade da África Austral)
PTV	Prevenção da Transmissão Vertical do VIH
PPDF	<i>Project Preparation and Development Facility</i> (Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos da SADC)
PPRM	<i>Policy, Planning and Resource Mobilisation</i> (Políticas, Planificação e Mobilização de Recursos)
PSC	<i>Peace and Security Cooperation</i> (Cooperação nas Áreas da Paz e Segurança)
RAIP	<i>Regional Agricultural Investment Plan</i> (Plano de Investimento Regional na Agricultura)
RDC	<i>Rapid Deployment Capability</i> (Força de Reacção Rápida - FRR)
FDR	Fundo de Desenvolvimento Regional
CER	Comunidade Económica Regional
REIS	<i>Regional Economic Integration Support</i> (Apoio à Integração Económica Regional)
RETOSA	<i>Regional Tourism Organisation of Southern Africa</i> (Organização Regional do Turismo da África Austral)
RIDMP	<i>Regional Infrastructure Development Master Plan</i> (Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas)
PIR	Programa Indicativo Regional, do FED)
RISDP	Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional
RLAH	<i>Roam Like At Home</i> (Fazer Roaming como se Fosse Chamada no País de Origem)
RPC	<i>Regional Political Cooperation</i> (Cooperação Política Regional)
RPTC da Paz)	<i>Regional Peacekeeping Training Centre</i> (Centro Regional de Formação em Manutenção da Paz)
RPL	<i>Recognition of Prior Learning</i> (Reconhecimento do Conhecimento Adquirido)
RAS	República da África do Sul
RSAP	<i>Regional Strategic Action Plan</i> (Plano de Acção Estratégico Regional)
RSDS	<i>Regional Strategy for Development of Statistics</i> (Estratégia Regional de Desenvolvimento de Estatística)
SACREEE	<i>SADC Centre for Renewable Energy and Energy Efficiency</i> (Centro para as Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC)
SABF	<i>Southern African Business Forum</i> (Fórum de Negócios da África Austral)
SACU	<i>Southern African Customs Union</i> (União Aduaneira da África Austral)
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SAPP	<i>Southern African Power Pool</i> (Rede de Electricidade da África Austral)
SARCOF	<i>Southern Africa Regional Climate Forum</i> (Fórum Regional de Previsão Meteorológica da África Austral)

SASO	<i>SADC Aviation Safety Organisation</i> (Organização de Segurança da Aviação da SADC)
SDG	<i>Sustainable Development Goal</i> (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável)
SE4ALL	<i>Sustainable Energy for All</i> (Energia Sustentável para Todos)
SEAC	<i>SADC Electoral Advisory Council</i> (Conselho Consultivo Eleitoral da SADC)
SEOM	<i>SADC Election Observation Mission</i> (Missão de Observação Eleitoral da SADC)
SHAR	<i>SADC Home and Away Roaming</i> (Serviço de Roaming Interno e Além-fronteiras da SADC)
SHD&SP	Direcção de Desenvolvimento Social e Humano e Programas Especiais
SIPO	<i>Strategic Indicative Plan for the Organ</i> (Plano Estratégico Indicativo do Órgão)
SIRESS	<i>SADC Integrated Regional Electronic Settlement System</i> (Sistema Electrónico Regional Integrado de Liquidação da SADC)
PME	Pequenas e Médias Empresas
CNS	Comissão Nacional da SADC
SPGRC	<i>SADC Plant and Genetic Centre</i> (Centro de Recursos Fitogenéticos da SADC)
SSA	<i>Sub-Saharan Africa</i> (África a Sul do Saara)
SSATP Saara)	<i>Sub-Sahara African Transport Programme</i> (Programa de Transporte em África a Sul do Saara)
STEM	Science, Technology Engineering, and Mathematics (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática - CTEM)
CTI	Ciência, Tecnologia e Inovação
TAD	<i>Transboundary Animal Diseases</i> (Doenças de Animais Transfronteiriças - DAT)
TCF	<i>Technical Cooperation Facility</i> (Fundo de Cooperação Técnica - FCT)
TFCA	<i>Trans-Frontier Conservation Area</i> (Área de Conservação Transfronteiriça)
CZLC	Zona de Comércio Livre Continental
TICAD	<i>Tokyo International Conference on African Development</i> (Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento de África)
TIFI	Direcção de Comércio, Indústria, Finanças e Investimento
TRF	<i>Trade Related Facility</i> (Fundo de Apoio a Actividades Relacionadas com o Comércio)
TSC	<i>Technical Support Committee</i> (Comissão Técnica de Apoio - CTA)
ONU	Organização das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
BM	Banco Mundial
WEO	<i>World Economic Outlook</i> (Perspectiva Económica Mundial)
OMS	Organização Mundial da Saúde

WISET *Women in Science, Engineering and Technology* (Mulher na Ciência, Engenharia e Tecnologia)

WWF *World Wildlife Fund* (Fundo Mundial para a Fauna Selvagem)

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O presente Relatório descreve resumidamente os principais acontecimentos ocorridos nos domínios da cooperação e integração na Região da SADC durante o período de 2015/16.
2. Em geral, durante o período em análise, **a situação política na SADC** manteve-se relativamente estável, pese embora se tenham registado alguns problemas políticos e no domínio da segurança no Reino do Lesoto e na República Democrática do Congo. Na sequência das medidas tomadas pela SADC, em Agosto de 2016, o Reino do Lesoto apresentará um relatório sobre o progresso feito na implementação das recomendações produzidas pela Comissão de Inquérito da SADC e das decisões da Cimeira. Prosseguiram os esforços visando envolver todas as partes interessadas na resolução do conflito na RDC, enquanto, em Madagáscar, o Enviada Especial da SADC continua a prestar apoio ao processo de reconciliação e à implementação do Roteiro da SADC.
3. Como consequência do enfraquecimento do ritmo de recuperação da economia mundial, o desempenho económico alcançado pela Região da SADC em 2015 mostra um cenário de crise. A posição externa da maioria dos Estados-Membros está a deteriorar-se, e factores fora do seu controlo continua a afectar o desempenho da Região. Prevê-se que a Região registe um crescimento na taxa de crescimento económico, que, em média, se situará em 3,5% em 2016, o mesmo nível atingido em 2015, enquanto a poupança deverá situar-se em 13,3% do PIB em 2015, o que significa uma redução em relação ao rácio de 14,7% do PIB registado em 2015.
4. No que respeita à **execução de programas regionais**, e com base no seu mandato, que consiste essencialmente na planificação estratégica; coordenação e harmonização de políticas e estratégias; monitorização e avaliação; mobilização de recursos; e pesquisa, no Plano Operacional relativo ao exercício de 2015/16, o Secretariado havia planeado concretizar 239 resultados intermédios como contributo para a materialização dos objectivos consagrados no RISDP e no SIPO. Destes resultados intermédios planeados, foram concretizados na totalidade 208 (78%) e 85 (29%) foram parcialmente ou não foram, de modo algum, concretizados. Os resultados intermédios que não foram concretizados foram reincorporados no Plano Operacional de 2016/17, para cuja execução os recursos estão disponíveis.
5. A seguir se apresenta uma descrição geral dos principais resultados intermédios concretizados ou cujas acções ainda prosseguem, de acordo com as áreas prioritárias definidas no RISDP Revisto.

Desenvolvimento Industrial e Integração do Mercado

6. Prosseguem as acções visando a materialização dos principais marcos previstos na Estratégia e Roteiro para a Industrialização, havendo sido elaborado o Plano de Acção Orçamentado para a execução da Estratégia, aguardando-se a sua aprovação.
7. Para criar bases sólidas para viabilizar a integração do mercado na Região, a SADC focaliza as suas atenções na melhoria do ambiente de negócios mediante a realização de acções visando a eliminação das barreiras ao comércio, e nos mercados financeiros, de modo a viabilizar a livre circulação de bens, serviços e de capitais. A maior parte dos Estados-Membros da SADC já liberalizou as respectivas contas correntes e está a trabalhar rumo à liberalização das contas de capital.

8. Também prosseguem acções visando a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC, encontrando-se já em funcionamento o Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos, no âmbito do qual já foram aprovados 3 projectos.
9. O mecanismo de vigilância da convergência macroeconómica e avaliação pelos pares já se encontra em funcionamento, havendo já sido avaliados, em regime piloto, dois Estados-Membros (Lesoto e Malawi), cujos relatórios de avaliação foram apresentados ao Painel de Avaliação pelos Pares em Agosto de 2015, em Bulawayo, no Zimbabwe.

Infra-estruturas em Apoio à Integração Regional

10. As parcerias cimentadas com outros fundos de preparação de projectos resultaram na concessão de fundos de subvenção a alguns projectos contemplados no Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas para a sua preparação, ou na afectação de peritos para apoiarem nas actividades de preparação dos projectos.
11. Quatro Estados-Membros, nomeadamente Malawi, Maurícias, Namíbia e República Unida da Tanzânia, atingiram o ponto de Cessação da Transmissão Analógica em 2015, rumo à Transmissão da Televisão Digital Terrestre; Zâmbia e outros Estados-Membros ligaram a plataforma digital; e Lesoto, Seychelles, Zâmbia e Zimbabwe concluirão o processo de migração até Dezembro de 2016. Os esforços visando aumentar a segurança cibernética na Região ganharam ímpeto durante o exercício em análise, porquanto todos os Estados-Membros já enquadraram as 3 Leis-Modelo Harmonizadas sobre Segurança Cibernética da SADC ou já criaram quadros jurídico-legais sobre a segurança cibernética.
12. Em geral, o acesso à electricidade na Região aumentou de 30%, em 2013, para 36% até finais de Setembro de 2016, estando projectado um aumento para 46% até finais de 2016. A aprovação da criação do Centro para as Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC (SACREEE) e a escolha da Namíbia como país acolhedor do Centro incentivarão o incremento de iniciativas de desenvolvimento de fontes de energia renováveis de pequena escala rumo à concretização dos objectivos consagrados na Iniciativa SE4ALL.
13. Desenvolvimento dos Clusters dos Corredores Ocidentais e Orientais: encontra-se numa fase bastante adiantada a construção de um terminal de contentores num terreno recuperado em Walvis Bay, e foi concluída a construção da linha férrea Moatize-Nacala e a circulação de comboios arrancou em 2015. Foram concluídos em Dezembro de 2015 os estudos de viabilidade, o desenho da planta e os quadros jurídico-legais dos Postos Fronteiriços de Paragem Única ao longo do Corredor de Nacala. Também foi concluído o estudo de viabilidade da navegabilidade das bacias do Chire e Zambeze.
14. Como resultado do compromisso assumido pela Região de cooperar no sector dos recursos hídricos, recentemente, a SADC granjeou a maior classificação no mundo, conseguindo a pontuação máxima de 100 numa escala de 100. Estes dados de comparação mundial dos indicadores de cooperação no sector de águas, designada Índice do Quociente de Cooperação no Sector de Águas 2015, foram preparados e divulgados pelo grupo de reflexão internacional “*Strategic Foresight Group*”.

15. Foram feitos avanços significativos na implementação da Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento do Turismo, entre os quais contam-se a elaboração do Quadro Estratégico e do Plano de Acção Regional para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável e realização de actividades de promoção de marcas para aumentar a visibilidade, através de feiras e eventos; a melhoria do website regional; o boletim informativo da RETOSA; o lançamento em Janeiro de 2016 do micro-sítio da RETOSA no portal WAYN.com denominado “Visite a África Austral (*Experience Southern Africa*)”; e a criação de plataformas de redes sociais.
16. A distribuição de informação, produtos e serviços climáticos de aviso prévio precisos e fiáveis, através do Centro de Serviços Climáticos da SADC, continuou, como também foi reforçada a capacidade dos Estados-Membros de gerar e aplicar informação ao nível nacional.

Cooperação nas Áreas de Paz e Segurança

17. A Estrutura de Mediação, Prevenção de Conflitos e Diplomacia Preventiva da SADC entrou em funcionamento com o lançamento do Grupo de Referência da Mediação (GRM), que aprovou e adoptou o seu Plano Estratégico (2015-2017) e o Plano de Trabalho (2015-2017).
18. O Conselho Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC) realizou um seminário de sensibilização das partes intervenientes em processos eleitorais na Região com a finalidade de os familiarizar com os Princípios e Directrizes da SADC que Regem a Realização de Eleições Democráticas revistos.
19. A SADC acolheu o Exercício de Treino no Campo Amani Africa II (AA II FTX), cujo objectivo era validar a capacidade da União Africana de conferir, mandato, desdobrar e usar uma Força de Intervenção Rápida (FIR) da Força Africana em Estado de Alerta, como operação inicial, e para lançar uma Operação de Apoio à Paz multidimensional plena.
20. A Estratégia de Combate ao Terrorismo foi adoptada e permitirá o reforço das capacidades dos Estados-Membros fazerem face à ameaça do terrorismo de forma colectiva e a execução do Plano Regional de Formação em Matéria de Informações continuará a viabilizar a harmonização de competências na Região.
21. Arrancou o processo de avaliação do SIPO II, cujos resultados finais devem orientar o desenho da futura Arquitectura de Paz e Segurança da África Austral.

Programas Especiais de Dimensão Regional, incluindo as Questões Transversais

22. No domínio da **Agricultura, Segurança Alimentar e Recursos Naturais**, foi elaborado o Plano Regional de Investimento na Agricultura, cuja implementação contribuirá para a concretização dos resultados-chave contemplados na prioridade relativa ao Desenvolvimento Industrial e Integração dos Mercados.
23. Em resposta à seca que se regista em algumas zonas da Região, afectando negativamente a produção agrícola, o Presidente da SADC emitiu, em Julho de 2016, a Declaração do Estado de Seca e lançou um Apelo Humanitário. O Secretariado da SADC criou uma equipa de coordenação da resposta, em colaboração com os ICP, para assegurar a coordenação da resposta regional à situação de seca.

24. Foi formulado um Quadro de Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável da Aquacultura, tendo sido registada uma subida constante na produção global de produtos pesqueiros na Região, na sequência do aumento da produção aquícola em alguns Estados-Membros. O subsector registou uma taxa de crescimento anual média de cerca de 13%.
25. Prosseguiu a implementação do Programa de Adaptação e Mitigação dos Efeitos das Alterações Climáticas na região tripartida da COMESA, EAC e SADC, tendo sido realizadas avaliações do impacto do desastre nas zonas inundadas no Malawi e na Namíbia, para avaliar as culturas perdidas e identificar programas de intervenção para a reposição de sementes. Algumas culturas agrícolas e mudas de árvores foram distribuídas a grupos de agricultores na Namíbia, Malawi, Tanzânia e Lesoto, com vista a multiplicação e distribuição do aumento da diversidade de culturas agrícolas no âmbito do mecanismo multiplicador de sementes. Foi ainda promovida a Agricultura Ecologicamente Favorável para o aproveitamento sustentável dos recursos fitogenéticos, que visa atenuar os efeitos negativos dos padrões de chuvas não fiáveis.
26. No âmbito do **Desenvolvimento Social e Humano**, foi elaborado o Regulamento para o Reconhecimento do Conhecimento Adquirido, mediante um processo consultivo e de benchmarking de boas práticas no domínio do Ensino e Formação Técnico-Profissional e do Reconhecimento do Conhecimento Adquirido. Também foi elaborada e aprovada uma Política-Quadro sobre Assistência e Apoio ao Ensino e Aprendizagem.
27. Como contributo para a concretização do objectivo último de erradicação da pobreza e a promoção dos direitos humanos fundamentais na Região, foi elaborada uma Política-Quadro da SADC sobre a Portabilidade das Prestações Sociais Vencidas na Região, para efeitos de execução pelos Estados-Membros.
28. Está em curso um estudo de viabilidade destinado a explorar a possibilidade de produzir medicamentos dentro da Região, o que ajudará a aliviar a situação prevalecente em que cerca de 90% dos medicamentos utilizados na região é importada do exterior, por exemplo, da Índia, China e Brasil e, em quantidades limitadas, da Europa.
29. Em 2015, a Cimeira aprovou e assinou a Declaração sobre o Desenvolvimento e Empoderamento da Juventude, que já entrou em vigor, depois de ter sido assinada por 13 Estados-Membros. Também foram elaborados e aprovados, em Maio de 2016, pelos Ministros do Trabalho e Emprego e os Parceiros Sociais (representantes dos empregadores e dos trabalhadores), e endossados pelos Ministros da Juventude em Junho de 2016, a Política-Quadro de Promoção do Emprego Jovem e o respectivo Plano de Implementação.
30. Nas **questões transversais**, o progresso feito é apresentado a seguir:
- (i) **Redução da Pobreza:** atravessando todas as áreas prioritárias do RISDP Revisto, entre outras medidas, foi elaborada e apreciada pelos intervenientes regionais a proposta de Mecanismo de Envolvimento dos Actores Interessados Regionais para viabilizar a sua participação na agenda de integração da SADC;
 - (ii) **Combate à Pandemia do VIH e SIDA:** foi lançada e está em execução na Região uma iniciativa de capacitação para facilitar o enquadramento no ordenamento jurídico-regulador interno de normas mínimas aprovadas, incluindo as relativas à Prevenção

da Transmissão Vertical (PTV), ao Aconselhamento e Testagem do VIH, ao Testagem do HIV e da SIDA e ao alívio do impacto;

- (iii) **Género e Desenvolvimento:** O Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento foi revisto e harmonizado com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU; foi publicada a Edição de 2016 da Revista 'Monitor' sobre o Género e Desenvolvimento da SADC, que descreve o progresso feito nos Estados-Membros na materialização dos compromissos regionais sobre o género e desenvolvimento; e decorreu com sucesso a revisão do Plano de Acção Estratégico da SADC de 10 Anos para o Combate ao Tráfico de Seres Humanos, em Especial de Mulheres e Crianças (2009-2019);
- (iv) **Ciência, Tecnologia e Inovação:** todos os Estados-Membros já designaram os respectivos pontos focais nacionais para o Programa de Reforço da Capacidade de Gestão da Pesquisa e Inovação e já foram capacitados 200 pesquisadores e peritos regionais em matéria de transferência de tecnologias, gestão da pesquisa e inovação, e Direitos de Propriedade Intelectual. A proposta de Carta sobre a Mulher na Ciência, Engenharia e Tecnologia da SADC também foi finalizada e homologada pelos Ministros do Género e Assuntos da Mulher em Maio de 2015.
- (v) **Sector Privado:** em colaboração com o Fórum de Negócios da África Austral, foram elaboradas notas conceptuais de seis (6) áreas prioritárias, nomeadamente industrialização e cadeias de valor regionais; facilitação do comércio e barreiras não pautais; competências e serviços, águas, energia e transporte. Estas áreas foram identificadas pelo sector privado no âmbito da Declaração de Savuti adoptada pelo sector privado em Agosto de 2015.
- (vi) **Estatística:** Foi produzido o Anuário Estatístico da SADC de 2014, que apresenta uma grande variedade de dados estatísticos e indicadores socioeconómicos regionais comparativos e actualizados referentes ao período de 2005 a 2014.

31. As áreas dos **serviços gerais e de apoio institucional**, nomeadamente Orçamento e Finanças, Recursos Humanos e Administração, Auditoria Interna, Assuntos Jurídicos, Tecnologias de Informação e Comunicação, Relações Públicas e Contratação Pública continuaram a prestar os serviços de apoio geral e institucional necessários para assegurar o funcionamento do Secretariado. Entre outras realizações, foram concretizados os seguintes resultados: os relatórios de contas e financeiros intercalares foram preparados e divulgados; foram preenchidas 18 das 23 vagas abertas; 9 das 12 auditorias previstas foram efectuadas; o sector de TIC continua a providenciar infra-estruturas e serviços de TIC seguros e fiáveis; foi elaborado o Plano de Implementação Orçamentado para a Estratégia de Comunicação e Promoção da SADC; e foram actualizados a Política e o Regulamento de Contratação de Obras, Bens e Serviços, para acomodar disposições relativas a contratos-quadro com os fornecedores.

32. No contexto da **cooperação e de integração continental**, o Secretariado continuou a implementar as decisões, resoluções e declarações emitidas ao nível continental, e continuou a participar activamente em todas as actividades estatutárias da União Africana e da Agência de Planeamento e Coordenação da NEPAD. Para além do seu envolvimento na concretização da Agenda Tripartida da SADC-COMESA-EAC, o Secretariado continuou a coordenar a participação da SADC em programas de integração continental como a Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC) e o

Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas (PIDA), os quais dizem respeito à coordenação da implementação da Agenda 2063 da UA.

33. No que respeita à **cooperação para o desenvolvimento e mobilização de recursos**, os parceiros de desenvolvimento que continuaram a contribuir com recursos significativos para a execução de programas da SADC incluem a União Europeia, através do Fundo Europeu para o Desenvolvimento (FED), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Banco Mundial, a Commonwealth, a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), as Agências da ONU e o Fundo Global. Instituições regionais, tais como a FARA e a SAT, também prestaram o seu apoio técnico e financeiro, e vários países, entre os quais a Alemanha e o Reino Unido, prestaram igualmente apoio significativo.
34. Quanto à **boa governação**, em 2015, foram realizadas duas avaliações, designadamente, Avaliação da Saúde da Organização e Avaliação da Cultura do Secretariado. As áreas e os processos essenciais identificados para reforçar de forma abrangente a eficiência e eficácia no funcionamento do Secretariado em matéria de prestação de apoio aos Estados-Membros e na prossecução da agenda de integração regional estão a ser fortalecidos, beneficiando da assistência de peritos contratados por períodos de curta duração, no contexto do Programa de Desenvolvimento da Capacidade Institucional financiado pela União Europeia.
35. Também foram feitos avanços na operacionalização da Política de Gestão do Risco da SADC, em resposta a recomendações feitas em auditorias internas e externas e pela auditoria institucional.
36. Os mecanismos de controlo orçamental e financeiro executados no âmbito do **quadro de gestão financeira** visam a oferta de um serviço de assessoria e apoio eficaz e eficiente ao Secretariado na gestão do risco para que este possa desempenhar devidamente as suas responsabilidades fiduciárias. Os resultados financeiros registados no exercício de 2015/16 indicam um excedente de exploração no valor de US\$ 11,8 milhões americanos, um património total controlado pelo Secretariado da SADC avaliado em US\$ 101 milhões, e o aumento das contribuições dos Estados Membros de 33,4% face à redução das subvenções recebidas (19,8%).
37. Em 2015/16, a taxa média de execução orçamental atingiu 80%, representando 79% da despesa na rubrica financiada pelos Estados Membros e 81% na rubrica financiada pelos ICP.
38. Face aos défices contínuos registados na planificação e programação; às deficiências registadas na monitorização, avaliação e prestação de relatórios; às debilidades encontradas na coordenação, particularmente nos sistemas de gestão de projectos, de programas aos níveis regional e nacional; e à escassez de recursos financeiros e humanos, o Secretariado está a introduzir várias reformas visando eliminar estes problemas e as deficiências identificadas nos processos internos, para aumentar a eficácia e a eficiência no seu funcionamento. Pese embora existam mecanismos provisórios de planificação, monitorização e avaliação, e no sistema de gestão do desempenho, prevê-se a introdução, até ao final do exercício financeiro, de outras medidas essenciais nestas e noutras áreas como o quadro de gestão de projectos, TIC e contratação pública.
39. As **principais recomendações feitas para o suprimento das lacunas existentes** na implementação dos programas e projectos da SADC preconizam, entre outras, a conclusão das reformas em curso;

a realização de consultas permanentes com os Estados-Membros visando reforçar os mecanismos existentes de coordenação dos programas da SADC; o racionamento dos processos usados entre o Secretariado da SADC e os ICP na aprovação de acordos de financiamento, memorandos de entendimento e outros instrumentos afins, de modo a facilitar a mobilização de recursos em tempo oportuno; e a garantia de uma combinação certa entre os quadros técnicos e os quadros administrativos, no quadro do processo em curso de revisão da estrutura orgânica do Secretariado.

1.0 INTRODUÇÃO

O presente relatório temo como finalidade descrever as principais acções desenvolvidas no domínio da cooperação e integração regional na SADC durante o período de 2015/16. O relatório descreve o seguinte:

- (i) evolução da situação política e económica na Região da SADC em 2015-2016 e previsões para 2016-2017;
- (ii) implementação de programas de cooperação e integração regional;
- (iii) implementação das actividades de apoio institucional;
- (iv) cooperação e integração continental;
- (v) cooperação para o desenvolvimento e mobilização de recursos;
- (vi) boa governação;
- (vii) implementação do quadro gestão financeira;
- (viii) lições colhidas, desafios e recomendações.

2.0 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA NA REGIÃO DA SADC EM 2015-2016 E PREVISÕES PARA 2016-2017

2.1 ACONTECIMENTOS POLÍTICOS

2.1.1 Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos

1. De um modo geral, durante o período em análise de 2015/16, a situação política prevalecente na SADC permaneceu relativamente estável, pese embora se tenha assistido à ocorrência de alguns desafios políticos e de segurança no Reino do Lesoto e na República Democrática do Congo (RDC), respectivamente.
2. Na sequência dos problemas políticos registados no Reino do Lesoto, a SADC designou uma Comissão de Inquérito para investigar as circunstâncias que rodearam a morte do Bragadeiro-General Maaparankoe Mahao. Esta Comissão concluiu a sua investigação em Outubro de 2015 e apresentou o respectivo relatório, que foi apreciado pela Cimeira em Janeiro de 2016. Em Agosto de 2016, o Reino do Lesoto apresentará um relatório sobre o progresso feito na implementação das recomendações da Comissão de Inquérito e das decisões da Cimeira.
3. Relativamente à RDC, o Secretariado da SADC continua a acompanhar de perto o processo visando a resolução do conflito que afecta o país. Neste contexto, o Governo da RDC continua a implementar os dispositivos da Declaração de Nairóbi (12 de Dezembro de 2013). Ademais, a realização com sucesso da Conferência de Investimento do Sector Privado (PSIC) a 24 e 25 de Fevereiro de 2016, em Kinshasa, foi uma demonstração das potencialidades que a RDC oferece

para o investimento no país, o que gera um novo ímpeto quanto à necessidade de pr termo ao conflito e concentrar as atenções no investimento e no desenvolvimento económico do país.

4. O Secretariado também continua a manter contactos com outros parceiros envolvidos nos esforços visando resolver o conflito na RDC, incluindo através da participação em reuniões e missões da Comissão Técnica de Apoio (CTA) do Mecanismo de Supervisão regional (ROM/MSR) criado no âmbito do Acordo-Quadro de Paz, Segurança e Cooperação para a RDC e a Região. Como parte destes esforços, o Presidente do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança realizou uma visita à RDC de 17 a 23 de Abril de 2016. Ademais, o Secretariado participou na 13.ª Reunião da CTA realizada a 13 de Maio de 2016, em Lusaka, na República da Zâmbia. Outrossim, em conjugação com os co-Garantes do Acordo-Quadro de PSC, o Secretariado participou numa outra missão enviada ao Leste da RDC de 23 a 26 de Maio de 2016, durante a qual foram examinados os desafios enfrentados no domínio do Desarmamento, Desmobilização, Reintegração, Repatriamento e Reassentamento (DDRRR) dos antigos combatentes das Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda (FDLR) acantonados na Província do Kivu Norte, assim como a questão de o Governo da RDC retomar o diálogo com os líderes do antigo Grupo M23. A missão dos Garantes resultou na realização de conversações entre o Grupo M23 e o Governo da RDC, em Kinshasa, a 27 de Maio de 2016, onde foi abordada a questão do repatriamento e reintegração daqueles nas instituições governamentais e no seio da população na RDC.
5. Em Madagáscar, o Enviada Especial da SADC continua a apoiar no processo de reconciliação e na implementação do Roteiro da SADC. O Enviada Especial da SADC efectuou uma missão de avaliação em Madagáscar de 20 a 25 de Setembro de 2015, com a finalidade de avaliar a situação política, social, económica e de segurança prevalecente no terreno. face às constatações da missão de avaliação, a SADC realizará, através do Enviado Especial, encontros com os principais actores interessados malgaxes, incluindo os antigos presidentes, com a finalidade de os ajudar a encontrar consenso sobre um quadro para a manutenção da paz e da estabilidade no país e prosseguir com o processo de reconciliação nacional. No contexto do acima exposto, em Agosto de 2016, o Enviada Especial efectuará uma visita à República de Madagáscar, devendo apresentar o respectivo relatório à Cimeira da Troika do Órgão. Na sequência da renúncia do cargo pelo Primeiro-Ministro, Sua Excelência Jean Ravelonarivo, o Presidente da República de Madagáscar, Sua Excelência Hery Rajaonarimampianina, nomeou, a 10 de Abril de 2016, Sua Excelência Olivier Solonandrasana para assumir o cargo de Primeiro-Ministro da República de Madagáscar.

2.1.2 Reforço da Defesa e da Segurança Colectivas na Região

6. A Região continuou a cooperar no domínio da defesa, incluindo mediante a troca de informações vitais para facilitar a tomada de decisões. As instituições de defesa da Região continuaram a participar em exercícios militares em tempo de paz. Neste contexto, realizou-se entre 10 de Agosto e 25 de Setembro de 2015, em Kariba, na República do Zimbabwe, a VI Edição do Exercício de Treino no Campo (FTX) das Forças Especiais da SADC baptizado com o nome de código de “Ex MAHOMBEKOMBE”, sob o Lema “**Sobrevivência em Combate, Navegação e Luta contra o Terrorismo (Combat Survival, Navigation and Counter Terrorism)**”. Participaram neste Exercício 718 efectivos provenientes de 9 Estados-Membros da SADC, designadamente África do Sul, Angola, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabwe. O Exercício de Treino no Campo (FTX) das Forças Especiais, que visava desenvolver a capacidade

de intervenção rápida regional, tanto no contexto do mecanismo regional de defesa colectiva como do fortalecimento da capacidade da Força em Estado de Alerta da SADC, foi realizado com sucesso.

7. Realizou-se com sucesso, de 19 de Outubro a 8 de Novembro de 2015, no Centro de Treino em Técnicas de Combate da África do Sul (SAACTC), na República da África do Sul, o Exercício de Treino no Campo AMANI AFRICA II (AA II FTX). Este Exercício tinha como objectivo estratégico validar a capacidade da União Africana de conferir mandato, desdobrar e usar uma Força de Reacção Rápida (FRR) da Força Africana em Estado de Alerta, como operação inicial, e para executar uma Operação de Apoio à Paz multidimensional plena. Na qualidade de região acolhedora, a SADC desempenhou um papel importante na preparação e realização do Exercício. Todas as estruturas relevantes da SADC, designadamente, a Cimeira, o Conselho de Ministros, o Comité Ministerial do Órgão e o Comité Interestatal de Defesa e Segurança (CIEDS), participaram activamente no processo de preparação do FTX.
8. O Exercício AMANI AFRICA II alcançou todos os objectivos traçados, tendo permitido que fosse feita uma avaliação correcta da prontidão operativa da Força Africana em Estado de Alerta. Além disso, o FTX permitiu à União Africana e à SADC determinarem os constrangimentos, as limitações e os desafios enfrentados que devem ser supridos para assegurar o uso eficaz da FAEA e da respectiva FRR. A credibilidade deste Exercício foi reforçada pela participação de parceiros da UA como a União Europeia e as Nações Unidas, os quais agradeceram o evento participando na qualidade de assessores, avaliadores e observadores.

2.1.3 Consolidação das Instituições Democráticas na Região

9. Os Estados-Membros continuaram a realizar eleições regulares, demonstrando o compromisso da Região de se reger pelos princípios e pelas práticas democráticas. Entre Agosto e Dezembro de 2015, realizaram-se pleitos eleitorais na República Unida da Tanzânia e na República das Seychelles. Na Tanzânia, as eleições gerais tiveram lugar a 25 de Outubro de 2015, das quais Sua Excelência Dr. John Magufuli e o *Partido Chama Cha Mapinduzi* saíram vencedores. Nas Seychelles, depois de duas rondas de eleições presidenciais realizadas de 3 a 5 de Dezembro e de 16 a 18 de Dezembro de 2015, Sua Excelência James Michel e o Partido Lepep sagraram-se vencedores. Em ambos os pleitos, a Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) enviada aos dois países aplicou, pela primeira vez, os Princípios e Directrizes da SADC sobre a Realização de Eleições Democráticas revistos e adoptados em 2015. Juntamente com a SEOM, o Conselho Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC) promoveram a agenda regional de governação democrática mediante a prestação de assessoria em matéria de organização de eleições, democracia e boa governação.
10. O SEAC também efectuou missões regulares de Boa Vontade aos Estados-Membros onde se realizaram eleições com a finalidade de confirmar o nível de prontidão e preparação para a realização das eleições. O SEAC também avaliou a situação sociopolítica e de segurança em geral para determinar se era conducente para a realização de eleições pacíficas, transparentes, credíveis, livres e justas, em conformidade com os Princípios e Directrizes da SADC sobre a Realização de Eleições Democráticas. A previsão para 2016/17 indica que a Região continuará a promover uma agenda democrática que encoraje a integridade dos processos eleitorais, a boa governação e o fortalecimento das instituições democráticas, através da capacitação e de outros mecanismos.

2.2 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

2.2.1 Contexto Económico Mundial

2.2.1.1 Actividade Económica

11. O ritmo de recuperação económica ao nível mundial deteriorou-se ainda mais em 2015, face à crescente instabilidade financeira. A actividade económica nos países avançados registou um abrandamento nos finais de 2015 e, nas grandes economias dos mercados emergentes, a tensão não mostrou sinais de alívio. A estes factores adicionam-se as inquietações relacionadas com o impacto mundial da redução dos excedentes anteriormente registados na economia da China numa altura em que esta está a atravessar uma fase de transição para um ritmo de crescimento mais equilibrado, depois de uma década de forte crescimento do volume de comércio e do investimento. Também se registam situações de desconforto noutras grandes economias dos mercados emergentes devido à queda dos preços dos bens primários.

12. De acordo com o relatório sobre a Perspectiva da Economia Mundial (WEO) do FMI publicado em Abril de 2016, a taxa de crescimento global em 2015 abrandou para 3,1%, o que representa uma queda em relação a 3,4% registada em 2014. Os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento continuam a representar a maior fatia da taxa de crescimento mundial, pese embora o nível de desempenho entre os países permaneça desequilibrado e, em geral, seja mais fraco comparativamente às últimas duas décadas (vide Tabela 1 adiante).

Tabela 1: Principais Indicadores Macroeconómicos de Algumas Economias

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
World	5.3	2.7	-0.4	5.2	3.9	3.2	3.4	3.4	3.1	3.2	3.5
Advanced Economies	2.7	0.1	-3.4	3.0	1.7	1.5	1.4	1.8	1.9	1.9	2.0
Euro Area	3.0	0.4	-4.4	2.0	1.5	-0.6	-0.5	0.9	1.6	1.5	1.6
USA	1.8	-0.3	-2.8	2.5	1.8	2.8	2.2	2.4	2.4	2.4	2.5
EM & DE	8.7	5.8	3.1	7.5	6.2	4.9	5.0	4.6	4.0	4.1	4.6
China	14.2	9.6	9.2	10.4	9.3	7.7	7.8	7.4	6.9	6.5	6.2
India	9.8	3.9	8.5	10.5	6.3	3.2	6.9	7.2	7.3	7.5	7.5
Brazil	6.1	5.2	-0.3	7.5	2.7	0.9	2.7	0.1	-3.8	-3.8	0.0
SSA	7.1	5.7	2.6	5.6	5.5	4.9	5.2	5.0	3.4	3.0	4.0

Observação: EM & DE significa Mercado Emergente e Economia em Desenvolvimento.

SSA significa África a Sul do Saara.

Fonte: World Economic Outlook, FMI, Abril de 2016

13. A fragilidade registada na recuperação económica em 2015 esteve reflectida no abrandamento da actividade económica nas economias avançadas, especialmente nos Estados Unidos, mas também no Japão e noutras economias avançadas asiáticas. A taxa de crescimento económico registada em 2015 nos Estados Unidos situou-se em 2,4%, a mesma registada em 2014. Contribuiu para este fraco desempenho a redução das exportações registada em finais de 2015.

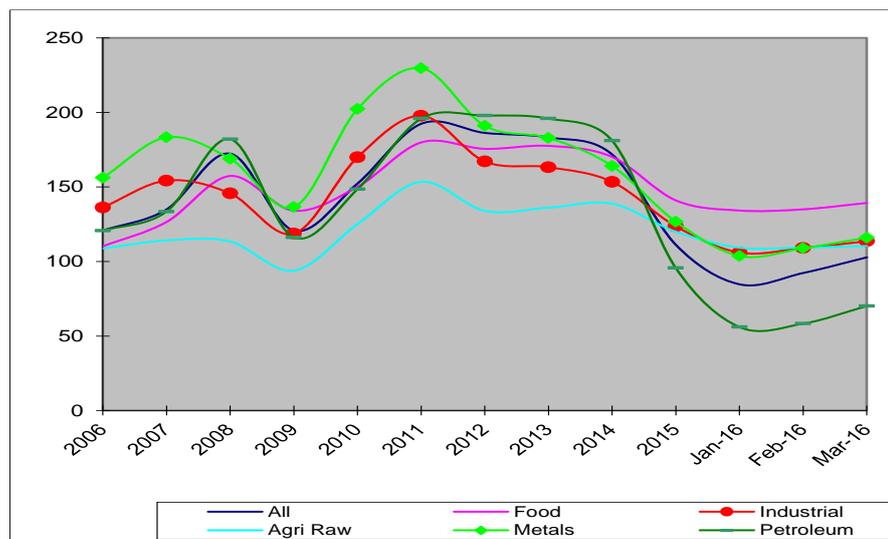
14. O ritmo de recuperação registado na Zona Euro foi insatisfatória, com a taxa de crescimento a situar-se em 1,6%, em 2015, comparativamente a 0,9% em 2014. Esta taxa assentou no aumento da procura interna, o que equilibrou a fraca demanda externa.

15. A taxa de crescimento na China abrandou, situando-se em 6,9% em 2015, comparativamente a 7,4% registada em 2015. De modo semelhante, a actividade económica registada noutras economias avançadas da Ásia estreitamente integradas com a economia da China, como é o caso da Região Administrativa Especial de Hong Kong e a Província de Taiwan, abrandou bastante no primeiro semestre de 2015 devido à redução acentuada das exportações.
16. A actividade económica na região de África a Sul do Saara decresceu, com o desempenho a atingir somente 3,4% em 2015, o que representa uma queda em relação à taxa de 5% atingida em 2014. Esta situação deveu-se em grande medida à queda dos preços de petróleo, à redução dos preços de outros bens primários, e a conflitos geopolíticos e internos registados em alguns países.

2.2.1.2 Evolução dos Preços de Bens Primários

17. A tendência decrescente registada nos preços dos bens primários registada em 2014 continuou em 2015 em relação a todos os produtos de base. Porém, a queda dos preços de petróleo foi acentuada, quedando-se abaixo de 27 dólares americanos por barril em meados de Janeiro. Contribuiu para esta queda acentuada a grande oferta de petróleo proveniente da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e da Rússia. O excesso de oferta de petróleo impulsionaram os volumes das existências na OPEC até níveis tão elevados jamais vistos, pese embora se registasse uma grande procura de petróleo estimulada pela baixa dos preços registada em 2015.
18. Os outros factores contribuintes para esta situação relacionam-se com inquietações respeitantes à longevidade da procura mundial e das perspectivas de crescimento a médio prazo, assim como ao comportamento de aversão ao risco dos mercados financeiros, o que leva os investidores a afastarem-se dos bens primários. Assim no índice de todos os produtos primários do FMI, o petróleo baixou em 47%, ao descer de 181 em 2014 para 96 em 2015 (vide Figura 1).
19. Os preços dos bens não petrolíferos baixaram, e os índices dos metais e da matéria-prima agrícola decresceram em 23% e 14%, quedando de 164 e 139 em 2014 para 127 e 120 em 2015, respectivamente.
20. A recente queda adicional registada nos preços dos bens primários, particularmente do petróleo, causou mudanças significativas nos preços relativos internacionais desde 2011. Estas mudanças resultaram em alterações acentuadas no volume da renda disponível em todos os países. Estas alterações no volume da renda disponível causaram repercussões macroeconómicas significativas. **A procura interna tendeu a reforçar-se nos países onde se verificam ganhos nos termos de troca e a baixar nos países que registam perdas**, registando-se contracções entre os mais afectados.

Figura 1: FMI – Movimentos Registados nos Preços dos Bens Primários (2005 = 100, em dólares EUA)



Fonte: Base de Dados dos Preços dos Bens Primários do FMI, Abril de 2016

2.2.2 Desempenho Económico Regional

2.2.2.1 Contexto Geral

21. Os dados disponíveis fornecidos pelos Estados-Membros em Março de 2016 e da base de dados da publicação 'Perspectiva da Economia Mundial' do FMI indicam que o desempenho económico registado pela Região em 2015 sinaliza um cenário deprimido, com um crescimento do PIB desprezível. As pressões inflacionárias crescem, influenciadas por factores relacionados com a oferta e a procura. Os défices fiscais agravaram-se e a dívida pública está a aumentar. As posições externas da maioria dos Estados-Membros estão a deteriorar-se e as reservas cambiais estão sob pressão. Os factores externos fora do controlo dos Estados-Membros continuam a afectar o desempenho da Região, nomeadamente:

- (i) a queda dos preços do petróleo afectou os preços e a inflação em alguns Estados-Membros importadores de petróleo. No entanto, os ganhos obtidos como resultado da queda dos preços do petróleo foram contrariados pela valorização do dólar americano, resultando na depreciação da maior parte das moedas da região. A queda dos preços do petróleo afectou bastante Angola, enquanto produtor de petróleo, ocasionando a deterioração das contas externas e o fraco desempenho geral da economia;
- (ii) os preços dos produtos de base baixaram no mercado internacional. Os preços dos alimentos também abrandaram. Embora o último factor tenha ajudado os Estados-Membros importadores de alimentos a reduzir os seus custos de importações, os Estados-Membros exportadores de produtos de base registaram uma redução nas suas receitas de exportações, o que, por seu turno, afectou as suas balanças comerciais e as reservas cambiais;
- (iii) a valorização do dólar americano resultou na depreciação da maioria das moedas na região. Embora isto tivesse resultado no aumento da competitividade das exportações da Região, os ganhos foram negativamente afectados pela queda dos preços dos produtos de base no mercado internacional; e

(iv) os factores associados às alterações climáticas afectaram a região, com alguns Estados-Membros a enfrentar um ciclo de secas, enquanto outros enfrentaram inundações. O impacto imediato destas calamidades recaiu sobre as contas fiscais, numa altura em que os Estados-Membros aumentaram as despesas para efeitos de alívio e humanitários, bem como para a reabilitação de infra-estruturas destruídas.

22. Se por um lado, os factores externos contribuíram grandemente para o actual fraco desempenho na região, a nível interno, as economias da região permanecem não diversificadas e, como tal, sentem-se incapazes de absorver os choques, inclusive a queda dos preços dos produtos de base. Para os Estados-Membros que conseguiram registar taxas de crescimento satisfatórias, dentro da meta regional de 7%, tais como a RDC, Moçambique e a Tanzânia, as questões relativas ao crescimento inclusivo continuam a assumir capital importância.

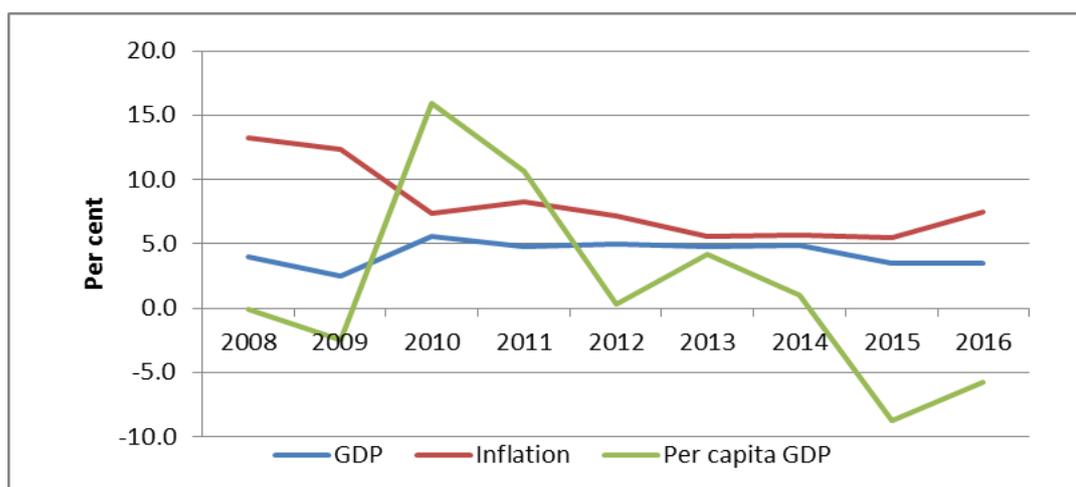
23. Os actuais factores que afectam a Região decorrem numa altura em que as economias se encontram vulneráveis, contrariamente ao período da crise financeira mundial de 2008/09. Quando a crise financeira mundial deflagrou, as economias da região vivenciavam taxas de crescimento económico sustentado há mais de uma década; tinham conseguido reduzir a inflação; tinham criado um espaço fiscal caracterizado por défices fiscais e dívida pública em níveis sustentáveis; enquanto muitas contavam com balanças externas saudáveis, caracterizadas por níveis de reservas cambiais razoáveis. Assim, alguns Estados-Membros conseguiram pôr em prática políticas fiscais e monetárias expansionistas. Na actual conjuntura, este espaço de políticas mostra-se deveras limitado.

2.2.2.2 PIB Real

24. O PIB real continuou a registar um abrandamento, atingindo uma média de 3,5% em 2015, comparativamente a 4,8% registado em 2014 (vide Figura 2). Somente a RDC e a Tanzânia registaram, de forma consistente, taxas de crescimento do PIB acima da meta regional de 7%. Os factores associados às alterações climáticas, sobretudo as secas e as cheias, acrescidos à queda dos preços dos produtos de base, contribuíram para o abrandamento no crescimento do PIB real.

25. Consequentemente, o PIB per capita diminuiu 8,7% em 2015, comparativamente ao aumento insignificante de 1,0% registado em 2014. Apenas três (3) Estados-Membros, designadamente, RDC, Malawi e Seychelles, registaram um crescimento positivo do PIB per capita em 2015.

Figura 2: SADC - PIB Real, PIB per Capita e Inflação



Fonte: Estados-Membros e WEO do FMI, Abril de 2016

2.2.2.3 Inflação

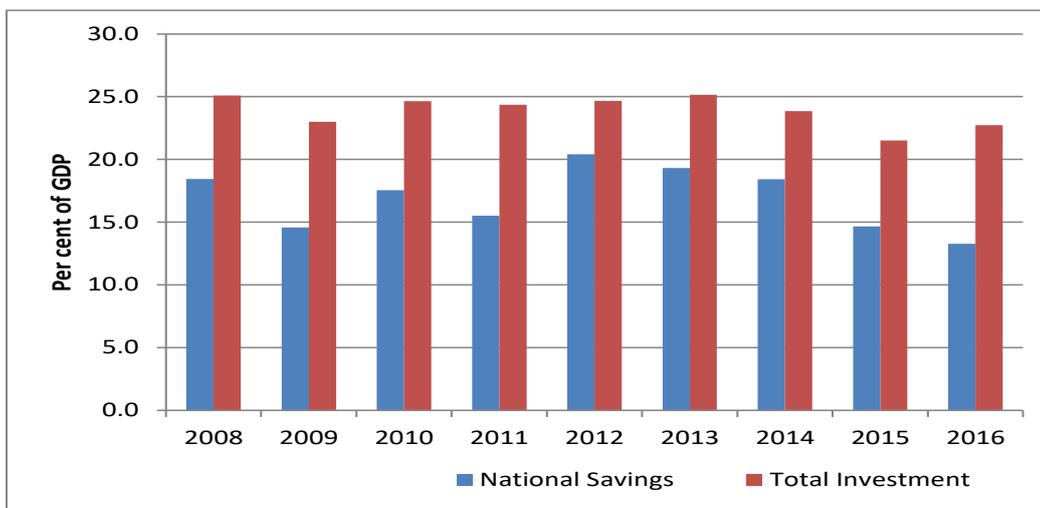
26. Apesar da implementação de políticas monetárias favoráveis e da queda dos preços dos produtos de base, incluindo dos preços de produtos alimentares, as pressões inflacionistas aumentaram em 2015 em muitos Estados-Membros, o que se deve, em parte, à valorização do dólar americano em relação à maioria das moedas da Região, e à escassez de produtos alimentares, devido à seca e às cheias que afectam a Região.

27. Consequentemente, a Região registou uma inflação média de 5,7% em 2015, comparativamente à inflação de 5,5% registada em 2014. Angola, Malawi e Zâmbia registaram uma taxa de inflação de dois dígitos. Zimbabwe encontra-se em situação deflacionária desde 2014 (-0,2%, em 2014, e -2,4%, em 2015) devido à baixa procura agregada e à importação de produtos mais baratos comparativamente aos produtos produzidos localmente.

2.2.2.4 Poupança e Investimento Interno

28. tanto o volume total médio do investimento como a poupança nacional bruta têm registado uma queda desde 2013. A Região registou um volume total de investimentos na ordem de 26,6% do PIB em 2015, baixando para 23,8% do PIB em 2014 (vide Figura 3). Apesar da queda registado em termos reais, Madagáscar, Maurícias e Suazilândia registaram aumentos no volume total de investimentos em 2015. Apenas três (3) Estados-Membros, designadamente, Seychelles, Tanzânia e Zâmbia, conseguiram atingir a meta regional de 30% do PIB em matéria de investimento.

Figura3 Poupança Nacional e Volume Total de Investimento



Fonte: Estados-Membros, Março de 2016, e WEO do FMI, Abril de 2016.

29. No que concerne à poupança, a Região registou uma poupança nacional bruta média de 17,7% do PIB em 2015, rácio inferior a 18,4% do PIB registado em 2014. Apenas o Botswana, o Lesoto e a Zâmbia alcançaram a meta regional de poupança de 30% do PIB em 2015. Botswana, Lesoto e Zâmbia também foram os únicos Estados-Membros que atingiram a meta regional em termos de poupança de 30% em 2014.



SOBRE A SADC

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) é uma organização fundada e apoiada por países da África Austral que visa promover a cooperação socioeconómica, política e de segurança a nível dos seus membros e fomentar a integração regional, a fim de alcançar a paz, a estabilidade e a riqueza e integra os seguintes Estados-Membros: Angola, Botswana, União das Comores, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe.

As informações contidas nesta publicação podem ser reproduzidas, utilizadas e partilhadas com pleno conhecimento do Secretariado da SADC.

Southern African Development Community (SADC), SADC House, Plot No. 54385
Central Business District, Private Bag 0085, Gaborone, Botswana
Tel: +267 395 1863, Fax: +267 397 2848/3181070, Website: www.sadc.int
Email: prinfo@sadc.int or registry@sadc.int or webmaster@sadc.int

@2020 SADC Secretariat